



## Concedido Habeas Corpus Preventivo aos médicos intensivistas do Piauí

Depois de utilizar como último apelo um pedido de Habeas Corpus Preventivo junto ao Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), a desembargadora relatora Eulália Maria Ribeiro Pinheiro concedeu decisão positiva ao impetrante do pedido, o presidente do CRM Piauí, Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes. A liminar da desembargadora favorece os médicos intensivistas plantonistas do Hospital de Urgência de Teresina (HUT) e do Hospital Getúlio Vargas (HGV).

O pedido de Habeas Corpus Preventivo foi produzido com elementos jurídicos pesquisados pela Assessoria Jurídica do CRM-PI, com apoio da Associação Médica Brasileira (AMB Piauí) e teve como intuito conter a insegurança na saúde pública, após denúncias de vários médicos que relataram não suportar a pressão de terem que dar respostas sobre a falta de estrutura e de leitos nos hospitais de urgência de Teresina. Nos últimos anos, médicos plantonistas vêm sendo constantemente ameaçados de prisão, por meio de mandados, caso não disponibilizem vagas para pacientes, cujas famílias conquistaram liminares na justiça, geralmente liminares com pedido de internação em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs).

Segundo a direção do HUT somente este ano chegaram no hospital mais de 260 mandados, todos determinando internação de pacientes em leitos de UTI. No último mandado judicial do juiz Édson Rogério Leitão Rodrigues, no dia 05 de julho, determinava, caso o mandado não fosse cumprido, que o diretor da unidade e o médico plantonista fossem conduzidos à Central de Flagrantes e responsabilizados criminalmente por prevaricação, além de pagarem multa de R\$ 1 mil por dia de descumprimento da decisão. Ainda na decisão,



deixava claro que se a paciente morresse fora de leito de UTI o médico plantonista e o chefe da UTI poderiam ser responsabilizados civil e criminalmente.

Para o CRM-PI, a decisão foi vista como inconsequente e impensada pelo magistrado, pois após tomarem ciência do teor do conteúdo do mandado, três médicos chegaram a pedir demissão dos cargos de intensivistas do HUT, fato que geraria um caos no atendimento, pois são médicos especialistas de fundamental importância nas quatro UTIs de adultos do hospital. Os três médicos resolveram permanecer nos cargos após pedidos da direção do hospital.

Para a desembargadora Eulália Pinheiro, "as determinações judiciais não levam em consideração a inexistência de vagas nas UTIs, nem mesmo as reais condições da Saúde no Estado do Piauí, as quais independem da vontade dos médicos plantonistas que são, igualmente, vítimas do descaso na saúde pública". Em seu entendimento, a desembargadora acentua que, "não podemos deixar de lado os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que surgem como limita-



ções de poder, considerando que todo direito pressupõe a noção de limite e proibição do excesso, visando evitar toda forma de intervenção ou restrição abusiva por parte da Administração Pública".

Para o chefe da UTI 4 do HUT, médico Yousef Aguiar, a liminar do TJ-PI representa para ele alívio e alegria. "Eu fui um dos que pediu demissão, pois não compensa trabalhar aqui sobre esse tipo de pressão, uma vez que não compete a nós médicos plantonistas dispor de estrutura e de leitos para pacientes. Nós nem temos esse tipo de poder de ordem de serviço, pois não é de nossa competência e sim da direção e gestores do hospital", explicou. Os demais médicos intensivistas do HUT receberam do presidente do CRM-PI cópia do documento com satisfação e informaram que agora poderão trabalhar com menos pressão externa, já que as suas funções por si só já exigem muito deles, por estarem diante de pacientes graves, o tempo inteiro.

### Fórum Interinstitucional de Saúde consegue melhorias para Maternidade

Após muitos escândalos de mortes de recém-nascidos na maior maternidade pública do Piauí, a D. Evangelina Rosa, devido à falta de estrutura e condições de trabalho ideais, o CRM-PI e outras entidades que compõem o Fórum Interinstitucional de Saúde do Piauí conseguiram, enfim, um acordo entre o Governo do Estado do Piauí e o Poder Judiciário para que novos equipamentos, insumos e a contratação, a curto prazo, de 172 profissionais de saúde se tornasse uma realidade, após cumprimento de um TAC que se arrastava desde o ano de 2012.



Pág. 3

### Entidades discutem implantação de ambulatório para transexuais

Discutir a promoção do atendimento de saúde especializado para a população transexual foi tema do Fórum sobre transexualidade, realizado no CRM-PI. O evento envolveu profissionais médicos, conselheiros do CRM-PI, psicólogos, universidades e faculdades de medicina (UFPI, UESPI e FACID), Secretaria Estadual de Saúde, Fundação Municipal de Saúde de Teresina, Defensoria Pública do Piauí, Ministério Público Estadual, OAB Piauí e representantes de entidades de defesa dos transexuais e travestis. O que se buscará implementar a médio prazo é uma política pública de implantação de ambulatório voltado especificamente para atender transexuais, bem como a comunidade GLBT.

Pág. 8

### CRM-PI esteve atuante em vários eventos

Apoiar e disseminar eventos de cunho ético, educacional, científico, além de cursos de aperfeiçoamento que envolvem e enaltecem a profissão médica no Piauí, bem como a melhoria das condições sociais, é uma das funções mais atuantes deste Conselho Regional de Medicina. O Programa de Educação Médica Continuada tem aperfeiçoado os conhecimentos de profissionais de vários municípios e aqui em Teresina com o curso de Urgências Clínicas. Outra participação foi na campanha do Simepi "Diga não à corrupção". Entre os eventos mais recentes, estão os congressos de várias áreas, como o Norte Nordeste de Gastroenterologia, a Jornada de Ginecologia e Obstetrícia e o Congresso Médico do Piauí, este realizado pela Associação Médica Brasileira – AMB – Piauí.

Páginas. 5, 6 e 7

# EDITORIAL

# CRM-PI combativo

**C**rise, essa que tem sido a palavra e a vivência que mais temos ouvido e vivenciado no Brasil desde meados de 2015 por todos os setores sociais e econômicos já vinha sendo denunciada por várias instituições médicas brasileiras, entre elas o nosso Conselho Regional de Medicina do Piauí desde o final do ano de 2013, quando assumimos a gestão desta Autarquia. Desde então, começamos a alertar a população de que o Governo não estaria fazendo o seu papel de provedor de uma saúde pública digna, como o determinam as leis. Passamos a cobrar transparência das autoridades, investimentos e melhor gestão para com a saúde, especialmente a do Piauí.



A inércia e o desmonte do que já era precário foi se tornando um caos tanto na falta de investimentos em estrutura física, quanto na falta de material-equipamento-insumo até a deficiência de recursos humanos no setor. O resultado da falta de compromisso com a população brasileira, atrelada a desvios estratosféricos de recursos públicos - dinheiro saqueado por políticos que se achavam acima da lei - trouxe e ainda traz resultados negativos sem precedentes e isso vem acontecendo há mais de uma década. A mídia nacional ratifica essa realidade, em denúncias de escândalos políticos, a cada momento.

Entre as ações políticas que o CFM e o CRM-PI vêm utilizando desde os últimos três anos, de forma intensa, como um alerta à população está o programa de importação de médicos cubanos, que, como já mostramos repetidas vezes, é um programa de fachada que não traz resultados satisfatórios para as demandas sociais. Começamos a apontar esse problema no início de 2014 com uma campanha ampla que o CRM-PI criou que foi "Campanha Médicos de Verdade". Por meio dela, percorremos dezenas de municípios alertando a população de que o médico não é o culpado pela falta de leitos nas urgências e emergências, o médico não tem culpa se faltam leitos de UTI, se faltam centros cirúrgicos equipados e equipes de saúde de prontidão para realizar cirurgias, se faltam medicamentos, ambulâncias equipadas e muito mais.

O CRM-PI também foi o pioneiro ao cancelar, ainda em 2013, o registro provisório da primeira leva de cubanos que vieram trabalhar em condições inadequadas no Piauí. O motivo foi óbvio, sem o Revalida não há como considerar médico qualquer estrangeiro que venha atuar no país; além disso, o programa prevê que os estrangeiros aqui atuassem sob a supervisão de um preceptor, o que só ficou no papel. O assunto, na época, foi polêmica nacional, mas sabemos que foi necessário para abrir o olhar crítico da população e fazê-la entender que o programa era muito mais paliativo e eleitoreiro. Os usuários continuaram e continuam morrendo nas filas de hospitais ou são atendidos em condições de improviso e inadequadas. Prova disso foi o escândalo estampado em manchetes das centenas de mortes no maior hospital de urgência do Piauí, o HUT, em 2014 e também no ano passado. Lá faltava de tudo, espaço para atender os pacientes de média e alta gravidade, falta de profissionais para cirurgias, falta de leitos de UTI, falta de salas de pós operatório, enfim falta de humanidade e respeito para com a população, embora a Constituição Federal prevê que a saúde é um direito de todo

cidadão e um dever do Estado.

Posteriormente, continuamos a denunciar o descaso com a saúde pública no Piauí, ao produzirmos uma carta aberta à presidente da República Dilma Rousseff, mostrando toda a nossa indignação e exigindo soluções para os problemas de saúde pública. O governo, sempre atrapalhado em suas decisões, não bastasse enviar milhões e milhões de reais para Cuba, em vez de investir o montante nos hospitais públicos do país, ainda teve a audácia de acusar a classe médica e demais profissionais de saúde da prática de racismo. Imediatamente fizemos uma nota de repúdio e argumentamos que se o Ministério da Saúde possuía dados que demonstrassem a prática de discriminação racial no atendimento à população e não buscou a punição aos responsáveis, certamente agiu contra a lei.

Mais recentemente, nossa luta foi buscar a aprovação, primeiramente na Câmara dos Deputados, a respeito da PEC 454/2009, que visa à criação da carreira médica de Estado, projeto este paralisado devido aos bastidores da política nacional, que parou para discutir o Impeachment da presidente da República.

Enfim, fizemos nossa parte, dever cumprido, mas que não cessa nunca. A luta por melhores condições de atendimento à população é contínua. Os hospitais regionais do Piauí, em sua grande maioria, e as demais instituições de saúde agonizam. O papel da categoria médica deve ser lembrado a cada dia, como um exercício fundamental, assim como fazemos com cada solenidade de vista dos formandos ao CRM-PI. Trabalho, amplitude contínua do conhecimento e ética.



**CFM**  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## NOTA AOS MÉDICOS E À SOCIEDADE

O Conselho Federal de Medicina (CFM) vem a público se manifestar sobre mais um gravíssimo problema de saúde pública que aflige o País e coloca em risco a saúde da população. Trata-se do exercício ilegal da medicina, defendido por instituições públicas que deveriam pautar seus passos pelo princípio da legalidade.

Com a edição da Lei 12.842/2013 (Lei do Ato Médico), restou definitivamente estabelecido que o diagnóstico nosológico<sup>1</sup> e o tratamento de doenças são competências restritas ao médico<sup>2</sup>, posto que, não há lei regulamentar de outras profissões que tenha semelhante autorização.

O Conselho Federal de Farmácia – CFF ao instituir as Resoluções CFF 585 e 586/2013 usurpa sua competência legal e invade indevidamente as atribuições dispostas de maneira exclusiva ao profissional médico.

Nos casos concretos desse exercício ilegal de profissão, os Conselhos Federal e Regionais de Medicina tomarão as medidas judiciais cabíveis e necessárias contra essa prática ilícita e a decorrente propaganda enganosa que coloca em risco a saúde da população brasileira.

Brasília, 26 de abril de 2016.

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

<sup>1</sup> §1º do artigo 4º da Lei 12.842/13 dita: diagnóstico nosológico é a determinação da doença que acomete o ser humano, aqui definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, caracterizada por, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes critérios: I - agente etiológico reconhecido; II - grupo identificável de sinais ou sintomas e III - alterações anatómicas ou psicopatológicas.

<sup>2</sup> parágrafo único do artigo 2º da Lei 12.842/13 dita: o médico desenvolverá suas ações profissionais no campo da atenção à saúde para: I - a promoção, a proteção e a recuperação da saúde; II - a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças; e III - a reabilitação dos enfermos e portadores de deficiências.

SGAS 915 Lote 72 | CEP: 70390-150 | Brasília-DF | FONE: (61) 3445 5900 | FAX: (61) 3346 0231  
<http://www.portalmedico.org.br>



**CRM-PI**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUÍ

Publicação de responsabilidade do Conselho Regional de Medicina do Piauí – CRM-PI

Edição nº 7 - Junho/2016 Gestão 2013/2018

Presidente – Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes  
 Vice-presidente – Dagoberto Barros da Silveira  
 1º Secretária - Mirian Perpétua Palha Dias Parente  
 2º Secretária - Patrícia Dalia Medeiros  
 1º Tesoureiro: Caetano Cortez Rufino Filho  
 2º Tesoureiro: Mariano Lopes da Silva Filho  
 Corregedor – Luiz Edson dos Santos Costa  
 Vice-corregedor – Josué Ribeiro G. do Nascimento

Produção e Edição: Aldeia Comunicação  
 Fotos: Márcia Cristina S. Rocha e CRM-PI  
 Críticas e sugestões:  
 Telefone: (86) 3216-6100/Fax: (86) 3216-6121  
 Email: atendimento@crmpi.org.br  
 aldeiap@uol.com.br  
 Tiragem: 6 mil exemplares /Gráfica do Povo

CRM-PI:  
 End.: Rua Goiás, nº 991 – Ilhotas – Teresina-PI  
 CEP 64.014-055  
 Diagramação: Glauco Calland  
 Acesse nosso site: [www.crmpi.org.br](http://www.crmpi.org.br)  
 Facebook:  
[www.facebook.com/Conselho-Regional-de\\_Medicina-Piaui](http://www.facebook.com/Conselho-Regional-de_Medicina-Piaui)

# Governo se compromete em contratar pessoal e melhorar a estrutura da Evangelina Rosa

**F**oi preciso muita pressão, denúncias e repercussão na imprensa para que o Governo do Estado do Piauí resolvesse cumprir o Termo de Acordo de Conduta (TAC), que havia se comprometido ainda em 2012, e acabar com os problemas que custam vidas de recém-nascidos na maior maternidade pública do Piauí, a D. Evangelina Rosa. No último dia 15 de julho, ocorreu a audiência de conciliação, no Tribunal de Justiça do Piauí, conduzida pelo Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Teresina, Dr. Rodrigo Alaggio Ribeiro. Aquisição de equipamentos, insumos e em breve a abertura de processo seletivo para contratação de 172 profissionais da área de Saúde foram algumas das ações firmadas na audiência. A proposta da audiência partiu do Ministério Público estadual, que vem acompanhando as irregularidades constatadas na MDER e pelo Conselho Regional de Medicina do Piauí (CRM-PI).

A audiência contou com a participação de representantes da Sociedade Pediatria do Piauí,

representantes da Maternidade, da OAB Piauí, Defensoria Pública do Piauí e outros entes. O principal motivo foi encontrar soluções urgentes, a curto e médio prazo, para resolução dos graves problemas constatados naquela casa de saúde, o que vem ocasionando "mortes evitáveis de recém-nascidos", segundo relatório do CRM-PI. Segundo o MPE, somente neste ano vieram a óbito mais de 130 recém-nascidos e, segundo dados de 2015, foram registradas mais de 300 mortes naquela maternidade. No último relatório técnico apurado pelos médicos conselheiros do CRM-PI, em abril deste ano, muitas irregularidades foram registradas no local.

A Secretaria Estadual de Saúde do Estado (Sesapi) apresentou ao juiz relatório das melhorias que já começaram a ser efetivadas, como equipamentos, insumos e uma equipe de gestão está trabalhando no local para fazer valer os protocolos de Saúde. Em relação à contratação de pessoal, ficou acordado na audiência que a Sesapi realizará processo seletivo para contratação temporária de 31 mé-

dicos pediatras, oito médicos obstetras, três ultrassonografistas, 116 técnicos de enfermagem e 14 enfermeiros obstetras, em substituição aos profissionais terceirizados e futuro concurso público.

Participaram da audiência o secretário Estadual de Governo, Merlong Solano, as promotoras de Justiça do MPE, Claudia Seabra e Karla Furtado; o presidente do CRM-PI, Emmanuel Fontes e o assessor jurídico, Ricardo Abdala Cury, os procuradores do Estado Paulo Victor Maneco e Plínio Clerton, o secretário estadual de Saúde, Francisco Costa e ainda pela Sesapi Ivo Viana e Marcelina Neta; representando a OAB-PI o seu presidente Francisco Lucas Velloso e Cristiane Ferraz do Rego, o defensor público da União Dr. Benoni Ferreira Moreira; representando o Ministério da Saúde, Soraya Maria Pessoa; representando a Sociedade de Pediatria do Piauí, Mirian Borges Couto e Alberto Burlamaqui Monteiro, pela Maternidade D. Evangelina Rosa Marcos Bittencourt, Joaquim Parente e José Araújo Brito.



Audiência de Conciliação no TJ-PI, conduzida pelo juiz Rodrigo Alaggio Ribeiro, na qual o Governo assinou o termo se comprometendo com as melhorias na MDER

## Relatório repercutiu e instituições se uniram ao CRM-PI para cobrar mudanças urgentes

Entre as principais irregularidades constatadas pela fiscalização do CRM-PI na Maternidade D. Evangelina Rosa estavam a falta de salas apropriadas para recém nascidos (RN) com indicação de internação em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), os bebês ao nascerem no centro cirúrgico com algum problema de saúde mais grave, não tendo vaga na UTIN, para onde deveriam ser transferidos, ficam ocupando espaço em salas conjugadas ao centro cirúrgico, bloqueando estas para novas intervenções.

As irregularidades a respeito de falta de leitos de UTI tanto na Maternidade D. Evangelina Rosa, quanto no Hospital de Urgência de Teresina (HUT) despertaram o interesse de toda imprensa piauiense, até mesmo da imprensa nacional, como o programa Fantástico, da TV Globo, que divulgou uma reportagem, em maio, sobre a falta de leitos de UTI e de estrutura nos hospitais públicos, como o HUT e também a Maternidade Evangelina Rosa, ambos em Teresina. A reportagem visitou hospitais e colheu informações junto ao CRM-PI. A reportagem teve dados e informações fornecidas pelo setor de comunicação do CFM, CRM-PI e também averiguou situações análogas em outros estados.

No relatório, a UTIN Tipo II deveria contar com um pediatra plantonista para cada 10



Bebê em leito de UTI em condições e local inadequados na MDER

leitos, neste caso devem atuar dois plantonistas por turno. Observou-se que a escala apresentava-se vários dias incompleta, ficando apenas um médico plantonista para os 20 leitos existentes. A UTIN não cumpria com o controle de climatização (conforme a Portaria

930 MS), podendo levar a hemorragia cerebral dos bebês e também não contava com hemogasômetro 24 horas e nem todos os monitores eram adequados, os ressuscitadores manuais tipo balão autoinflável com máscara e reservatório não dispunham da quantidade adequada para cada leito, o que levava à propagação de infecção de um paciente para outro e havia falta frequente de equipamentos para cateterização venosa central de inserção periférica. O serviço de fisioterapia somente funcionava até às 22 horas.

A maternidade conta com quatro salas cirúrgicas e cada uma com um berço. Todos os berços estavam em más condições de higiene; as salas não contavam com controle de temperatura ambiente, que deveria manter-se em 26 graus Celsius. Médicos plantonistas relataram que os Respiradores Manuais tipo Ambu, os sensores dos termômetros e os sensores dos oxímetros não são limpos e esterilizados corretamente e regularmente. O CRM-PI constatou que cada sala contava com um ventilador mecânico, porém todos estavam com os conectores incompletos e parte deles utilizados nas outras salas, sem limpeza ou esterilização. A maioria das falhas apontadas, segundo os gestores da maternidade e da Sesapi, já foram devidamente corrigidas.

# Operação de fiscalização envolve 20 municípios

Conselheiros descobrem falso médico e registros de bons e maus exemplos em hospitais e UBS

**E**m uma operação de fiscalização envolvendo 20 municípios da região Norte do Piauí, conselheiros fiscais do Conselho Regional de Medicina (CRM-PI) pontuou exemplos de unidades de saúde, algumas irregularidades e também descobriu um falso médico atuando no município de Porto. O trabalho começou na última quinta-feira e só foi finalizado no último domingo (1º). Outro problema constatado na maioria das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades Mistas de Saúde (UMS) é que faltam os equipamentos de Reanimação Cardiopulmonar (RCP), problema este constatado em Cabeceiras, São João do Arraial, Matias Olímpio, Joca Marques, Madeiro, Morro do Chapéu, Caxingó, Caraúbas do Piauí e Brasileira.

O trabalho começou pelo município de José de Freitas, onde foi vistoriado o Hospital Estadual Nossa Senhora do Livramento. O CRM-PI verificou que, apesar de contar com escala de médicos em funcionamento, há problemas de funcionamento e de estrutura para atender os pacientes, bem como falta de alguns equipamentos no setor de urgência.

No município de Porto, por se tratar de um hospital municipal (H. M Roosevelt Bastos), não há uma escala de médico em funcionamento regular diariamente, não há ambulância para transferência de pacientes, além disso, a fiscalização constatou a presença de pacientes internados, mais uma razão para exigência de médico trabalhando diariamente. A principal irregularidade encontrada pelo CRM-PI foi a constatação de exercício ilegal da medicina por falso médico. Rafael Gonçalves Rodrigues Meireles, que não estava presente, foi contratado pela administração do hospital para atuar como médico plantonista. Porém, ao fazer uma busca nos registros de CRMs de médicos do Piauí e também no site do CFM não foi encontrado nenhum médico com este nome e utilizando o número do registro do carimbo do mesmo - CRM-5670. A administração do hospital não apresentou a ficha contratual do médico e não soube explicar se no momento da contratação foi checada a veracidade das informações do suposto médico. O CRM-PI conseguiu o número do telefone celular de Rafael, mas ao ser informado que se tratava de fiscalização do CRM, o mesmo imediatamente desligou o telefone. Os fiscais foram ao distrito policial do município para formalizar um Boletim de Ocorrência sobre o fato. O CRM-PI também enviará ofício para o departamento da Polícia Federal do Piauí e para o Ministério Público, no sentido de que investiguem o caso,



já que além de exercício ilegal da profissão, também se configura como o de falsidade ideológica, uma vez que Rafael utilizou o registro de um outro médico devidamente registrado no CRM.

Em Matias Olímpio, onde funciona uma UMS, foi encontrada pouca resolutividade e muitos problemas de estrutura física e falta de equipamentos de RCP; a grande maioria dos pacientes, principalmente pacientes obstétricas, são encaminhadas para o hospital do município de Luzilândia, onde o CRM-PI constatou que o Hospital Gerson Castelo Branco satisfaz a todas as prerrogativas para o bom funcionamento, com boas condições físicas, com sala de urgência, centro cirúrgico e sala de recuperação anestésica em bom funcionamento e com escala médica normalizada. “Em Matias Olímpio houve reclamação tanto das equipes de saúde, quanto da população quanto à grande carência e a situação

precária da saúde local”, destacou Emmanuel Fontes.

Em Esperantina, o Hospital Regional Dr. Júlio Hartiman está com equipamentos funcionando, corpo médico e de enfermagem regular, causando boa impressão aos fiscais, entretanto no setor do centro cirúrgico não há sala de recuperação pós anestésica, o que é imprescindível no sentido de garantir a perfeita recuperação de pacientes cirurgiados.

Em Campo Largo do Piauí, a UBS encontrava-se fechada, sem nenhum funcionário trabalhando por volta das 16h30 da última sexta-feira, o que não poderia ocorrer, em razão de alguma eventualidade de urgência da população. Em Barras, houve uma reforma no Hospital Regional Leônidas Melo, que, sob nova administração, está em boas condições, com escala médica funcionando a contento, na sala de urgência há desfibrilador e todos os equipamentos de reanimação cardiopulmonar e centro cirúrgico em funcionamento. Porém, foi constatada a presença de medicamento com prazo de validade vencido na urgência e armários com equipamentos de urgência trancados com dificuldade de acesso; além disso, tomadas de energia elétrica fora dos padrões para os adaptadores.

O presidente do CRM-PI, Emmanuel Fontes, que conduziu os trabalhos nos 20 municípios, e o coordenador do departamento de fiscalização do Conselho, médico Paulo Matheus Pereira Nunes, constataram que a maioria das UBS e UMS estão em bom estado de funcionamento, com estrutura física adequadas, com leitos de enfermaria e outros setores em bom estado de conservação e limpeza. Porém, uma falha em sua grande maioria e que serão notificadas por esse motivo foi a falta de equipamentos de urgência à disposição, como desfibrilador, cânulas, laringoscópio e todos os demais que compõem o protocolo de RCP. “Essas unidades de saúde precisam ter essa sequência completa de equipamentos de reanimação para que venham funcionar corretamente, isso não significa que necessitem das demais complexidades para salvar a vida de um paciente grave que, por exemplo, chegue com uma parada cardiorrespiratória, com sinais de afogamento, por inalação de fumaça ou por traumas graves. Esses equipamentos de urgência são uma norma de prevenção e para garantir que se salve a vida de uma pessoa nos minutos iniciais até que a equipe médica acione uma ambulância para remoção do paciente fora de risco de morte para um hospital de referência da região”, explicou Emmanuel Fontes.

# Congresso Médico do Piauí institui a medalha Mérito São Lucas para homenagear grandes nomes que contribuem para a medicina piauiense

**A** abertura do XIV Congresso Médico do Piauí, no último dia 07 de abril, foi de homenagens aos médicos piauienses que contribuem ou já contribuíram para o avanço da medicina no Estado. Durante a solenidade de abertura, a Associação Médica Brasileira – Seção Piauí (AMB-PI) concedeu a ‘Medalha do Mérito São Lucas’ a 14 profissionais da área, os quais atuam ou já atuaram nas mais diversas especialidades e contribuem ou já deram sua parcela respeitosa de contribuição para o avanço da medicina e da saúde pública no Estado. Entre os agraciados o presidente deste CRM-PI Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes, o então ministro da Saúde, Marcelo Castro, David Delphino Cortellazzi que, aos 86 anos, não deixou de prestigiar o evento, ele que ocupou importantes cargos e funções médicas no Estado e fundou, em 1994, o Hospital São Paulo; outro agraciado, que também palestrou para os presentes, foi o cardiologista Benício Parentes Sampaio, outro nome reconhecido pela AMB-PI foi o mastologista Edgar Pereira, também a renomada médica reconhecida pelos relevantes serviços na área de vigilância em saúde, Amarilis Borba, entre outros. Após o sucesso da solenidade de abertura, que contou com a presença de muitas autoridades, dentre elas a do governador do Piauí Wellington Dias, o evento passou a tratar de temas que estão no dia-a-dia das atividades dos médicos, bem como das inovações que estão surgindo em tratamentos, diagnósticos e estudos científicos nas mais variadas áreas.

Para os presentes à abertura, a médica cearense Clariane Rebouças palestrou sobre o trabalho brilhante do ‘Médico Sem Fronteiras’, que recruta



Gov. W. Dias na mesa de honra ao lado do Dr. Elisiário Jr.



Homenageado Dr. David Cortellazzi



José Castro Neto representando o pai Marcelo Castro



Emmanuel Fontes recebe honraria do pres. da AMB-PI através do voluntariado os médicos para prestarem serviços em países de extrema pobreza.

No segundo dia do evento, que teve mais de 400 participantes, vinte e oito palestras foram ministradas, divididas em blocos de neurologia, endocrinologia, oftalmologia, nefrologia, pneumologia, cardiologia, oncologia, gastrologia e geriatria. Médicos e estudantes que tiveram no mesmo evento o II Congresso da Sociedade dos Acadêmicos de Medicina do Piauí – SAMPI, atualizaram seus conhecimentos e os acadêmicos assimilaram novos conteúdos nessas áreas. Outro tema abordado neste dia foi o cenário atual da formação médica, que abriu uma discussão sobre a situação da saúde brasileira para a maioria dos cidadãos que depende do SUS.

No terceiro e último dia do evento da AMB-PI, os trabalhos foram iniciados com a apresentação de temas orais pelos estudantes de medicina e o dia seguiu com mais 27 palestras. No encerramento do XIV Congresso Médico do Piauí e II Congresso da SAMPI ocorreram sorteios e premiações aos participantes. O evento contou com o patrocínio da parte científica do CRM-PI, UNIMED, UNICRED, Medtronic, MEDBR, ULTRA X, Via Personal, Ótima Distribuidora, Photo Studio Nilson Linhares, Arrey Hotels, PLB Professional Languages Brazil e teve apoio do Governo do Piauí, por meio da SESAPI e da Prefeitura de Teresina, por meio da FMS.

## Homenageados com a Medalha de Honra Mérito São Lucas:

- Dra. Amariles de Souza Borba - Dr. da Vigilância em Saúde da FMS
- Dr. Benicio Parentes de Sampaio - cardiologista
- Dr. David Delphino Cortellazzi
- Dr. Edgar Pereira - mastologista
- Dr. Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes - presidente do CRM-PI e um dos patrocinadores do evento
- Dr. Francisco Passos (representando o Secretário Estadual de Saúde do Piauí, Dr. Francisco de Assis de Oliveira Costa)
- Dr. Giuliano Amorim Aita - urologista
- Dr. Gustavo Santos de Sousa - médico gastroenterologistas
- Dr. Isânio Lemos de Mesquita - gastroenterologista
- Dr. Jorcelano Santos de Sousa - cardiologista
- Dr. Leonardo Eulálio de Araújo Lima - presidente da Unimed Teresina e patrocinador do evento
- José Dias de Castro Neto (representando o pai, ministro da Saúde, Dr. Marcelo Costa e Castro)
- Dr. Marcos Aurélio Filho (representando o pai, Dr. Marcos Aurélio Rufino da Silva, que é o presidente da Unicred Piauí)
- Dr. Wilton Mendes da Silva - Dir. administrativo da Unicred Piauí

## Direção do SAMU estadual tenta impedir fiscalização

A diretoria do Conselho Regional de Medicina do Piauí – CRM-PI recebeu denúncias do Ministério Público Estadual – MPE, do Sindicato dos Médicos do Piauí, bem como da médica clínica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu Estadual, Alessia Xavier Eulálio, as quais constam as más condições de funcionamento, de estrutura e de trabalho dos profissionais que trabalham na Central de Regulação do Samu Estadual, em Teresina. Diante disso, o CRM-PI realizou uma fiscalização surpresa no órgão, em Teresina. As vistorias foram realizadas, mesmo com a tentativa de bloqueio do trabalho dos fiscais, com ordem da coordenadora geral, enfermeira Christiane Mâcedo da Rochal Leal.

A fiscalização teve a presença dos conselheiros Emmanuel Fontes, presidente do CRM-PI, do coordenador do departamento de Fiscalização do CRM-PI, Paulo Matheus Pereira Nunes, e do diretor financeiro, Caetano Cortez Rufino Filho. Apesar da tentativa de obstrução do trabalho de vistoria, os conselheiros, utilizando de suas prerrogativas legais e regimentais, deram continuidade ao processo de fiscalização.

Várias irregularidades foram constatadas e confirmadas as denúncias recebidas. Entre elas, o não fornecimento de refeição para os profissionais plantonistas do regime de 12 horas; falta de condições adequadas para o repouso médico e dos demais plantonistas, com camas sem lençóis, quarto sem ar condicionado e sem privacidade quanto às janelas; repouso médico improvisado em um depósito; cadeiras quebradas; ausência de copos descartáveis e telefones sem identificador de chamadas, além da reclamação dos funcionários de que a rede de telefonia é ruim, oferecendo chiados. No aspecto funcional, a Central de Regulação Estadual é precária, pois em municípios onde faltam médicos, fica inviabilizado o serviço de regulação, sobrecarregando o trabalho das equipes do Samu Estadual. No Samu aéreo, a escala de médicos encontra-se incompleta, o que dificulta a sua adequada operacionalização, além disso, embora a aeronave tenha incubadora, falta o ventilador neonatal, imprescindível para salvar a vida de recém-nascidos. A aeronave também é despressurizada, o que pode restringir o transporte de determinados pacientes graves.



Flagrante do CRM na sala de descanso dos médicos, improvisada em um depósito e estrutura precária no prédio



# CRM-PI emite Parecer sobre escassez de profissionais de Cirurgia Pediátrica

O CRM-PI emitiu parecer técnico ao Ministério Público do Estado do Piauí sobre “escassez de profissionais da especialidade cirurgia pediátrica”. O relator parecerista foi o conselheiro e presidente deste Conselho, Emmanuel Fontes. O Parecer trata-se de um pedido solicitado pelo MPE, através de um ofício o qual encaminhava representação dos cirurgiões pediátricos do Piauí, noticiando a escassez dos profissionais desta especialidade e a necessidade de disponibilizar, na rede pública municipal, a realização de cirurgias pediátricas dos pacientes atendidos no Centro Integrado de Saúde Lineu Araújo (CISLA).

Nesse sentido, os cirurgiões pediátricos do Piauí protocolaram documento junto ao Ministério Público relatando que atualmente há no nosso Estado nove profissionais com especialidade nesta área, exercendo seu trabalho em toda sua plenitude (ambulatório, procedimentos eletivos e de urgência) nos principais hospitais da rede pública e também na rede hospitalar privada. Oito desses profissionais possuem dois vínculos empregatícios públicos, o que é permitido pela legislação atual, queixando-se de excesso de carga horária.

O cirurgião pediatra é o médico responsável pelos procedimentos cirúrgicos realizados em crianças e, no Piauí, responde pela cobertura de tais procedimentos em toda nossa extensão territorial durante 24 horas ininterruptas, pois fazem a cobertura obrigatória da urgência. A demanda na rede pública e na rede privada excede a quantidade de cirurgiões pediatras que possam realizar sua cobertura, mesmo trabalhando ininterruptamente sem descanso. Tal problema não se encontra restrito somente à nossa realidade estadual, sendo de abrangência nacional. Os dados das pesquisas epidemiológicas sobre a população de cirurgiões pediatras divergem das fontes colhidas (Fiocruz, CFM e CIPE). Há uma centralização excessiva de cirurgiões no Sudeste e Sul do Brasil, faltando mão de obra nas regiões Norte e Nordeste. A incidência calculada de atendimento cirúrgico pediátrico é de aproximadamente 10% das crianças, ressaltando que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece o limite de até 18 anos que deve ser suprido pelos cirurgiões pediatras, conforme dispõe o artigo 2º, da Lei nº 8.069/90.

Para o relator, Dr. Emmanuel Fontes, a demanda do Piauí no campo dos cirurgiões pediatras é agravada por alguns fatores: 1 – que todo atendimento cirúrgico à criança é feito por este especialista, não havendo no Piauí atuação do cirurgião geral em pré-adolescentes; 2 – que as doenças urológicas da criança, que cursa em torno de 60% da demanda da cirurgia pediátrica, não são supridas integralmente por urologista, ficando boa parte a cargo do cirurgião pediatra.

Com relação ao cumprimento da jornada de trabalho do servidor público, no caso do profissional médico, este deve cumprir tal horário com plano presencial ou de sobreaviso. Não pode assim exercer qualquer outra atividade nesse mesmo horário, sob pena de ser responsabilizado nas es-



feras administrativa, civil, penal e ética. Em relação à demanda na Saúde Suplementar, todos os estabelecimentos de saúde que atendem crianças devem obrigatoriamente dispor do serviço de cirurgiões pediátricos, lembrando que 10% da população piauiense recebe atendimento por esta rede. Na ausência desse profissional, esta população seria preterida do seu atendimento, ferindo a Norma Regulamentadora da Agência Nacional de Saúde Suplementar e, principalmente, o direito fundamental à vida.

Na conclusão, todos os hospitais infantis devem obrigatoriamente ter a cobertura de sobreaviso de cirurgião pediátrico, jamais este profissional poderia deixar desamparado esse serviço para cumprir o Estatuto do Servidor Público, caso o fizesse estaria contrariando os princípios que o estimulam a continuar buscando uma medicina calcada na beneficência e na não maleficência, devendo observar os conceitos hipocráticos de respeito à vida e à saúde.



**CRM-PI**  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUÍ

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUÍ**

**NOTA DE REPÚDIO**

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí – CRM-PI repudia veementemente a atitude do Conselho Federal de Farmácia (CFF) que vem afrontando a sociedade, ao praticar abuso de autoridade, quando permite que seus inscritos pratiquem o exercício ilegal da medicina. Isso porque o CFF editou as Resoluções CFF nº 585/2013 e nº 586/2013, às quais dispõem que cabe aos profissionais farmacêuticos atividade clínica em que estariam aptos a emitir, aos pacientes, a prescrição de medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica. O CRM-PI alerta aos órgãos de fiscalização, a sociedade, bem como aos médicos, para estarem atentos, pois as medidas impostas arbitrariamente pelo CFF colocam em risco a segurança quanto à saúde de todo cidadão, bem como ultrapassa um limite que é atribuído ao profissional médico, segundo a Lei Federal 12.842/2013. A Lei do Ato Médico define como atribuição legal e restrita aos profissionais médicos o diagnóstico de doenças, suas causas e a prescrição de seus respectivos tratamentos.

A medida tomada pelo CFF fere a própria Constituição Federal do Brasil, o que por si só já seria motivo para uma representação no Ministério Público Federal, além de ação judicial, no sentido de coibir o avanço de ações arbitrárias e descabidas que colocam em xeque a saúde de todos. O Conselho Federal de Medicina (CFM) já entrou com ações na Justiça contra as citadas resoluções CFF.

Conforme o próprio CFM já abordou, os profissionais farmacêuticos não possuem, em seu conteúdo curricular de graduação, elementos suficientes para a habilitação técnico-científica e legal para diagnosticar doenças e prescrever tratamentos. O CRM-PI orienta aos profissionais de saúde e usuários que, ao perceberem essas ações que extrapolam o campo de atuação funcional do profissional farmacêutico, denunciem ao Ministério Público e a este Conselho, que tomaremos as providências cabíveis.

**Emmanuel Augusto de Carvalho Fontes**  
Presidente do CRM-PI



Atendimento SAMPI em Pedro II

## SAMPI realiza mais uma ação de saúde em Pedro II

Pelo segundo ano consecutivo, estudantes de medicina que fazem parte da Sociedade dos Acadêmicos de Medicina do Piauí (SAMPI) realizaram mais uma ação em prol de comunidades do município de Pedro II, durante o Festival de Inverno, evento cultural que acontece todos os anos no município, a 206 km a Norte de Teresina, no último dia 28 de maio.

Dessa vez os beneficiados foram do povoado Caranguejo, na zona rural do município. Lá cerca de 80 atendimentos foram realizados, como aferimento de pressão arterial, teste de glicemia, medição de peso e altura, além de orientações básicas sobre saúde da mulher, saúde da mulher, do homem e da criança. O CRM-PI apoiou a ação e disponibilizou transporte para a realização dos trabalhos. A SAMPI realizou suas primeiras ações sociais no início de 2014, pouco tempo após sua criação, realizando o Saúde na Praça, no município de Lagoa do Piauí.



Saúde em Pedro II SAMPI



Fotos da aula do Prof. João Luís Vieira Ribeiro, cirurgião torácico que ministrou o curso de Pneumologia

## Cursos atraem muitos médicos na capital e no interior

**E**m fevereiro deste ano a coordenação do Programa de Educação Médica Continuada abriu os trabalhos do Curso de Urgência e Emergências Clínicas, que acontecerá durante todo o corrente ano, dividido em 10 módulos. O curso acontece nos finais de semana, uma vez por mês e a turma está lotada com mais de 50 participantes. O curso terá ao todo 120 horas/aula e os inscritos, todos inscritos no CRM-PI e quites com suas obrigações junto à Tesouraria, receberão certificado.

Dos 10 módulos, já foram realizados os de Cardiologia 1, Cardiologia 2/Pneumologia, Neurologia e, no último mês de maio, o de Nefrologia. Neste mês de junho, acontece o de Endocrinologia. Restarão ainda os módulos de Infectologia/Hematologia, Pediatria, Hematologia/Oncologia, Gastroenterologia e Patologias gerais.

Além disso, o programa, coordenado pelo cardiologista Luiz Bezerra Neto, tem mantido e até ampliado as ações de levar cursos para médicos de outros municípios. Este ano, o primeiro município contemplado foi São João do Piauí, a 440 km ao sul de Teresina. Lá mais de 40 participantes obtiveram atualização no Curso de Urgência e Emergências Cardiovasculares, que é voltado para médicos de qualquer área, com o objetivo de treinamento e atualização das emergências mais frequentes e com maior risco de mortalidade dentro da cardiologia. O

curso também dispõe de uma atualização prática em reanimação cardiopulmonar e manejo da via aérea, com uso de modelos (boneco). O prefeito e médico cirurgião geral, Gil Carlos Modesto, e a secretária de saúde Vanessa Barbosa, receberam a equipe do CRM-PI, que teve a presença de conselheiros, como o vice-presidente Dagoberto Barros da Silveira.

Segundo Luiz Bezerra Neto, um dos ministrantes do curso, "as urgências cardiovasculares podem acontecer em qualquer região e em qualquer momento e a rápida intervenção é necessária, sendo, às vezes, impossível o transporte do paciente a tempo, por isso é importante que todo médico esteja atualizado na teoria e na prática, podendo, com isso, salvar vidas".

O próximo município contemplado com o curso é Uruçuí, ao Sul do Estado, neste mês de julho, nos dias 17 e 18. A coordenação espera a presença de médicos também de municípios circunvizinhos. Entre os temas a serem tratados estão: Síndromes coronarianas agudas com supra de segmento ST e sem supra, arritmias ventriculares e supraventriculares. As inscrições são feitas até meia hora antes do início do curso e só é necessário levar documento pessoal e o número de registro no CRM. Um dos ministrantes será o cardiologista Jônatas Melo. Outras informações: [cursos@crmpi.org.br](mailto:cursos@crmpi.org.br) ou (86) 3216-6100.



## Módulos atraem muitos participantes

Nos dias 21 e 22 de maio, aconteceu na sede do CRM-PI mais um módulo do Curso de Medicina Clínica, que teve como tema Nefrologia. No sábado, os ministrantes foram os doutores Avelar Alves da Silva e Igor Denizarde Bacelar Marques, que trataram de temas como Proteinúria, Nefrolitíase, distúrbios eletrolíticos, hipercalemia, entre outros. No domingo, o ministrante foi o professor e médico Marcelo Cunha Lima (foto), que abordou assuntos como hematuria, edema e complicações do dialítico. A Nefrologia é um ramo da urologia que se dedica ao estudo da fisiologia e das doenças dos rins. Os ministrantes focaram no diagnóstico e tratamentos.



## Entidades querem implantar ambulatório multidisciplinar

O CRM-PI, ao lado de várias entidades e instituições, começaram a discutir maneiras de promover o atendimento especializado para a população transexual. A iniciativa inovadora, envolvendo profissionais médicos, o próprio CRM, psicólogos, universidades e faculdades de medicina (UFPI, UESPI e FACID), Secretaria Estadual de Saúde, Fundação Municipal de Saúde de Teresina, Defensoria Pública do Piauí, Ministério Público Estadual, OAB Piauí e representantes de entidades de defesa dos transexuais e travestis participaram do Fórum sobre transexualidade, no plenário do Conselho, no último dia 23 de junho. A proposta que se consolidou ao término do encontro é para se aprofundar uma política de implementação de ambulatório multidisciplinar especializado para atender transexuais, bem como a comunidade LGBT.

Na oportunidade, representantes da Coordenação do Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis deram seus depoimentos de vida e disseram que a dificuldade para obter ajuda terapêutica e psicossocial sempre foi um obstáculo. A ideia de discutir as questões de gênero e saúde partiu da médica ginecologista e sexóloga Andréia Rufino, que é também professora da UESPI e pesquisadora de gênero e sexualidade. Ela propôs a realização do fórum para as conselheiras Dr<sup>a</sup> Mirian Dias Parente e Dr<sup>a</sup> Lúcia Maria do Rêgo Medeiros, que prontamente teve o apoio da diretoria.

O presidente do CRM-PI, Dr. Emmanuel Fontes e a Dra. Mirian Parente coordenaram os trabalhos e abriram as exposições dos convidados. A



primeira expositora foi a coordenadora do Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis, Maria Laura dos Reis. “O no nosso intuito junto ao CRM é que o transexual tenha um acompanhamento multidisciplinar de saúde, humanizado, porque hoje não temos e sofremos constrangimento e preconceito, pela própria desinformação dos profissionais. Para nós é importante que o CRM encontre esses profissionais com perfis e conhecimento para compor essa equipe que possa ajudar pessoas”, disse.

Entre os assuntos discutidos, foi a hormoniza-

ção, que é a transformação das características do corpo visando a adequação de gênero. Como os transexuais buscam a hormonização ou terapia hormonal para o bem estar e transformação das características do corpo, é importante o acompanhamento médico, devido ao risco que traz essa prática feita de forma indiscriminada. Outro assunto foi a redesignação de sexo, que ainda não é realizada no Piauí e que precisa passar pela esfera jurídica, entre outros. O pediatra Telmo Mesquita, que representou a Secretaria Estadual de Saúde, apresentou algumas ações que a Sesapi já vem fazendo para melhor atender os grupos GLBT. O Dr. Geraldo Magela, representando a Fundação Municipal de Saúde, também se mostrou disposto a contribuir, na formulação de políticas que visem o atendimento de saúde adequado.

A conselheira Mirian Dias Parente, informou que o CRM-PI considera que o tratamento humanizado aos transexuais é questão de saúde pública e que o CRM-PI estará disponível para que haja a implantação de um ambulatório com profissionais capacitados, englobando médicos especialistas, como pediatras, ginecologistas, endocrinologistas, urologistas, psiquiatras, entre outros. “Queremos com esse fórum já partirmos para metas estabelecidas para darmos início a esse trabalho que é de fundamental importância para a qualidade de vida das pessoas que não se identificam com o seu sexo biológico. Sabemos que são pessoas que precisam de acompanhamento, diagnóstico e tratamento para que tenham as condições de seguirem com uma vida física e mental mais saudável”, destacou a conselheira.

## Congresso de Gastroenterologia traz inovação

Com cursos, simpósios, conferências, mesas redondas e debates sobre variados temas, aconteceu o XII Congresso Norte Nordeste de Gastroenterologia, no Gran Hotel Arrey, em Teresina. Com apoio do CRM-PI, da Associação Médica Brasileira Seccional Piauí (AMB-PI), o evento reuniu grandes nomes da área e teve a realização da Sociedade de Gastroenterologia do Piauí, que tem como presidente a médica gastroenterologista Joselda Lemos Duarte. Na abertura, presença de muitos nomes importantes da medicina. O presidente do CRM-PI, Emmanuel Fontes, o prefeito de Teresina Firmino Filho, representantes das universidades e ou-

tras instituições de ensino superior, como UFPI, UESPI estiveram presentes.

“O evento abrangeu todas as subespecialidades da gastroenterologia, contemplando patologias do esôfago, estômago, intestino grosso e delgado, fígado, pâncreas, fazendo uma espécie de interface da gastroenterologia com as especialidades afins, ou seja, a cirurgia geral, a proctologia, a hepatologia e endoscopia digestiva. Nosso evento foi pensado também nos clínicos de PSF, de Urgência, dos consultórios, os colegas de cirurgia, estudantes de medicina, médicos residentes em formação de clínica e cirurgia em geral”, destacou Joselda Duarte.



Abertura e todo congresso muito prestigiado



Estudantes de medicina americanas Alexandra e Akshaya, a médica e conselheira do CRM-PI, Dr<sup>a</sup> Mirian Palha Dias Parente e Dr. Emmanuel Fontes



Dr. Isânio Lemos de Mesquita, fundador da Sociedade de Gastroenterologia do Piauí, homenageado pelos trabalhos prestados à entidade, Dr. José Milton Lima, hepatologista da UFCE, Dr. Celso Mirra, mineiro e diretor financeiro da FBG, Dr<sup>a</sup> Joselda Duarte, Dr. Artur Pereira, gastroenterologista piauiense, também homenageado, Dr. José Miguel Parente, gastroenterologista e superintendente do HU da UFPI, Dr<sup>a</sup> Regina Mendes, representando o reitor da UFPI, Dr. Emmanuel Fontes, presidente do CRM-PI, e o prefeito de Teresina, Firmino Filho

## Dia Nacional de Combate ao Fumo

No próximo dia 29 de agosto é o Dia Nacional de combate ao Fumo e o Brasil tem dado bons exemplos, uma vez que é membro da Convenção Internacional Quadrus, que limita a comercialização e a publicidade do cigarro no país, o que vem contribuindo para a redução pela metade do número de fumantes a partir dos 17 anos, nos últimos 20 anos. Porém, o trabalho continua, uma vez que o câncer de pulmão é o segundo que mais mata no sexo masculino e o quarto nas estatísticas de morte do sexo feminino, tanto no Brasil quanto em outros países.

Teresina conta com programas de supressão ao tabagismo gratuitos, no Hospital Universitário e no hospital localizado no bairro Parque Piauí. São tratamento em grupos de ajuda com orientação psicológica e psiquiátrica, médicos clínicos e nutricionistas. O tratamento engloba três fases, uma é a de nicotina, que é prescrita pelos adesivos e goma de mascar, outra é com prescrição de antidepressivos, que combatem a ansiedade e a outra é a terapia em grupo. O tratamento leva três meses e pode ser recommençado, caso os inscritos não obtenham êxito.

A Liga Acadêmica de Pneumologia do CCS da UFPI fará no Dia D uma panfletagem para alertar a população sobre os riscos à saúde advindos do hábito de fumar. Procure ajuda, abandone esse vício.



## CRM-PI e AMB-PI intensificam campanha de prevenção de acidentes de moto

**D**urante a operação no Norte do Estado, o CRM-PI, em parceria com a Associação Médica Brasileira Piauí – AMB-PI intensificou a campanha e o apelo dos médicos intensivistas do Piauí sobre a grave situação nos hospitais de urgência, como HUT, onde todos os dias chegam pacientes vítimas de acidentes de moto. Para os médicos, a situação é de exaustão das equipes de saúde, pois a maioria dos casos são graves, com pacientes com lesões graves pelo corpo, como traumas ortopédicos e no crânio, o que exige complexidade e muitos investimentos públicos em saúde. “O alerta dos intensivistas chamou a nossa atenção, pois quando não há morte, as sequelas são para sempre. Muitas vítimas de trânsito não conseguem mais an-

dar, falar, trabalhar ou reconhecer seus familiares. Isso gera um desgasta para todos, médicos, família e para a vítima do acidente”, disse o presidente da AMB-PI, médico Elisiário Cardoso Júnior, que acompanhou o CRM-PI na fiscalização. Foram fixados cartazes e entregue fôlderes à população.

Dados levantados pelos médicos intensivistas do Piauí são alarmantes: 50% das vítimas de traumatismo craniano por acidente de moto internadas no maior hospital de urgência do Piauí, o HUT, admitem ter consumido bebida alcoólica. Muitos deles perdem a vida no momento do acidente e outros morrem, mesmo passando por cirurgias e internação em UTI. Muitos que sobrevivem tornam-se paralíticos. O alerta é para a

prevenção. Não permitir que seu familiar ande de moto sem capacete ou que dirija em alta velocidade e pela valorização da vida. Os números no Piauí mostram que 80% das vítimas de traumatismo craniano por acidente de moto internadas nos hospitais não possuem habilitação e que a incidência desse tipo de trauma em nosso estado chega a 40%, enquanto no resto do mundo é de apenas 10%. “Lançamos também essa campanha em várias rádios do Piauí. Todos nós precisamos fazer nossa parte, de valorização da vida. É uma campanha dos membros da Associação de Medicina Intensiva Brasileira, do Conselho Regional de Medicina do Piauí e da AMB Piauí”, destacou Emmanuel Fontes.

## CRM recebe denúncia de enfermeiros prescrevendo medicações e solicita investigação pelo MPE

O Conselho Regional de Medicina do Piauí - CRM-PI recebeu denúncia de enfermeiros do município de Itaueira, a 332 km de Teresina, por suspeita de estarem exercendo ilegalmente a medicina. A denúncia recebida em fevereiro deste ano foi encaminhada para devidas providências ao Ministério Público Estadual, por meio do promotor de Justiça da Comarca de Itaueira, Dr. Carlos Washington Machado, e também encaminhada ao secretário municipal de Saúde daquele município, Genival Joaquim de Moura, solicitando deste as informações sobre os enfermeiros denunciados, resposta essa que não foi atendida até o momento. O CRM-PI não pode apurar a denúncia recebida, por se tratarem de profissionais não médicos.

A denúncia chegou ao CRM-PI anexada de cópias de receituários prescritos por dois enfermeiros, porém a assinatura dos carimbos de ambos não deixa claro a sua relação com o Conselho ao qual pertencem, no caso o Conselho Regional de Enfermagem - Coren-PI. Em um dos carimbos, o profissional assina apenas como Obstetra e não como Enfermeiro obtetra, conforme preconiza resolução do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen.

Entre os medicamentos prescritos nos receituários anexos na denúncia estão a Dexametasona (um corticoide), Captopril (indicado para tratamento de hipertensão, insuficiência cardíaca, infarto do miocárdio, entre outros), Hidroclorotiazida (indicado para tratamento de hipertensão arterial). O enfermeiro pode prescrever medicamentos somente os descritos nos programas de saúde pública, como tuberculose, hanseníase, hiperdia (hipertensão arterial e



diabetes mellitus), saúde da mulher e saúde da criança. A prescrição por enfermeiro está prevista na Lei 7.498/86, que regulamenta a profissão. O Art. 11 da lei trata da prescrição de medicamentos por enfermeiros estabelecidos em programas de saúde pública, sendo enfermeiros integrantes da equipe e em rotina aprovada pela instituição de saúde. O CRM-PI informa que qualquer outra prescrição será exercício ilegal da medicina e deve ser denunciada à Vigilância Sanitária e Ministério Público.

O presidente do CRM-PI, Emmanuel Fontes, disse que é importante a população estar alerta para qualquer profissional não médico que venha a prescrever fora do protocolo aprovado pelo Ministério da Saúde e pela legislação específica. Fontes explica que esses protocolos funcionam, no caso de prescrição de medicamentos por enfermeiro, somente seguindo uma instrução escrita específica para administração de determinados medicamentos, dentro de uma determinada situação clínica e que a prescrição não deve ser feita de forma independente pelo enfermeiro. “O que o CRM está questionando não é a capacidade de enfermeiros virem a prescrever, pois sabemos que existe uma lei que assim o permite; o que solicitamos para a autoridade de saúde daquele município, e não nos foi informado, é se os enfermeiros, alvo da denúncia, fazem parte dos programas de saúde coletiva, na atenção básica, nos quais é permitida a prescrição, e qual ou quais médico (s) integram essas equipes e programas”, explicou.

Segundo despacho do Conselho Federal de Medicina, a prescrição de medicamentos pressupõe um ato anterior, que é o diagnóstico da doença. No caso da denúncia, existe receituário prescrito por enfermeiro acompanhado de diagnóstico da possível doença, também assinado pelo mesmo enfermeiro, o qual informa que o paciente encontra-se com quadro de infecção intestinal. O diagnóstico e a prescrição de medicamentos são atos de competência exclusiva do médico, cirurgião-dentista e veterinário, nos casos restritos às respectivas especialidades.

## Em casa

Alunos do 1º período de Medicina da Uespi visitaram a sede do CRM-PI em Teresina.

Na oportunidade, a conselheira Dra. Mírian Palha Dias Parente e o vice-presidente Dagoberto Barros da Silveira acompanharam os visitantes e conversaram sobre ética, a profissão e deram muitas dicas para os futuros médicos.



## Em flagrante

Há muito a atual gestão do CRM-PI vem alertando hospitais e clínicas em todo o Estado para a atuação de falsos médicos no Piauí. A campanha foi fortemente difundida. Esse crime vem sendo tratado com responsabilidade e forte atuação em sucessivas fiscalizações deste Conselho e pelo menos em três oportunidades foi constatada a atuação de falsos médicos, principalmente em municípios do interior do Estado. Em alguns casos, os falsários têm utilizado número de registro CRM falso ou de outro médico devidamente inscrito. As denúncias estão sendo encaminhadas para a Polícia Federal e para o Ministério Público no Piauí. Um falsário teve a audácia de tentar obter o registro profissional junto à secretaria do Conselho, caso em que houve rápida atuação do CRM-PI em parceria com a PF, que deu flagrante e imediatamente voz de prisão para o mesmo. O CRM-PI alerta que não existe possibilidade de se conceder registro a quem não tenha obtido o diploma de medicina em instituição de ensino superior devidamente registrada, pois a checagem de documentos apresentados é feita de forma minuciosa.

## Posse SBC



Tomou posse no auditório do CRM-PI a nova diretoria da Sociedade Brasileira de Cardiologia Seção Piauí (SBC PI). Wildson de Castro Gonçalves Filho responde pela entidade no biênio 2016/2017. A diretoria anterior, autoridades, conselheiros do CRM-PI, convidados e os membros da nova diretoria se fizeram presentes. Na mesa de honra o então presidente João Francisco de Sousa, o presidente da Associação Médica Brasileira – AMB-PI, Dr. Elisiário Cardoso Júnior, o presidente do CRM-PI, Emmanuel Fontes, o prefeito de Teresina, Firmino Filho, entre outros. A nova diretoria tem ainda na gestão Luiz Bezerra Neto, vice-presidente, Newton Nunes Lima Filho, diretor científico, Luiza Magna de Sá Cardoso Jung Batista, diretora administrativa, Mauro José de Oliveira Gonçalves, diretor financeiro, José Carlos Formiga Lourenço de Sousa, diretor de comunicação, José Lira Mendes Filho, diretor de qualidade assistencial, Elisiário Cardoso da Silva Júnior, diretor SBC/FUNCOR e Paulo Sérgio Tajra Cortellazzi, diretor de pesquisa.

## In memoriam



**Fernando Cronembeger Miranda** nasceu em 04/01/1965 e faleceu em 20 de fevereiro de 2016, aos 51 anos – CRM-1813



**José Luiz de Barros** nasceu em 01/01/1944 – faleceu em 09 de março de 2016, aos 72 anos – CRM-308



**Rubens Barbosa Lima** nasceu em 21/11/1951, faleceu em 11 de abril de 2016, aos 64 anos – CRM-827



**Ricardo Ferreira Lima** nasceu em 04/11/1954, faleceu em 26 de novembro de 2015 – CRM-2776



**César Ataíde do Vale Mendes** nasceu em 08/10/1936, faleceu em 27 de março de 2016 – CRM-207

## Anais

A editoria dos Anais do CRM-PI está na produção de mais uma edição da publicação científica, que deve estar pronta em breve com novos artigos científicos, fruto de trabalhos de pesquisa de piauienses.



## Contra a corrupção

No último dia 12 de abril, o Sindicato dos Médicos do Piauí (Simepi) lançou uma campanha contra a venda de votos. “Diga NÃO à corrupção” visa chamar atenção da população no Piauí para não ser conivente com políticos que pedem votos em troca de benesses. A campanha está focada nas próximas eleições desse ano. O presidente do CRM-PI, Emmanuel Fontes, participou e discursou para os presentes, entre eles representantes do Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público Federal do Piauí, representantes da Federação Nacional dos Médicos (FENAM), OAB Piauí, Associação dos Jovens Empresários Piauí (AJE-PI), entre outros. O presidente da FENAM, Otto Baptista, disse que a saúde pública no Piauí carece de investimentos e isso se deve pelos desvios alimentados pela corrupção.

